

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.929 - PR (2020/0259360-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BERETA & FIRMIANO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS
LTDA
AGRAVANTE : RITA DE CASSIA FIRMIANO BERETA
AGRAVANTE : SILVIO CEZAR DOURADO BERETA
ADVOGADOS : MARCO AURELIO GRESPAN - PR032067
MARCO ANTÔNIO TILLVITZ - PR035881
AGRAVADO : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADOS : VICTOR GERALDO JORGE - PR011368
FELIPE MEURER JORGE - PR043013

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BERETA & FIRMIANO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

TÍTULO APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 1 ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO INCLUSÃO NO MONTANTE TOTAL DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS RELATIVAS AO PROTESTO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS OBJETOS DA LIDE POSSIBILIDADE APLICAÇÃO DO ART 395 DO CC2002 PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA SENTENÇA MANTIDA 2 FIXA PERCENTUAL AUTÔNOMO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM GRAU RECURSAL (CPC ART 85 § 11 E ENUNCIADO N 7 DO STJ) RECURSO DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, a parte recorrente alega violação dos arts. 917 do Código de Processo Civil e 395 do CC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Desta forma, ficado clara a VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 917 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 395 DO CÓDIGO CIVIL, isso porque ainda existe excesso de execução na medida em que as despesas com protesto não foram comprovadas. Ressalta-se que embora as instâncias inferiores tenha entendido pela inclusão das referidas despesas, e preciso destacar que NÃO HÁ COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA DESPESAS

DE CARTÓRIO, isso porque não existe nenhum comprovante de pagamento realizado pela Recorrida (fls. 476).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 85 do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Sucessivamente, cumpre destacar que a porcentagem fixada e majorado em segunda instância VIOLA A LEI FEDERAL, especificamente, O ARTIGO 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, isso porque O PRESENTE FEITO NÃO SE MOSTRA DE GRANDE COMPLEXIDADE.

Portanto, os honorários devem ser fixados com moderação o que não foi observado pelo juízo a quo, a condenação do pagamento de honorários em favor do Recorrido foi ELEVADO e DESPROPORCIONAL ao trabalho exigido (fls. 477).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea do art. 917 do CPC, sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois, nas razões do recurso especial, não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia” (AgInt no AREsp n. 1.558.460/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 11/3/2020.)

Confirmam-se também os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgInt no REsp n. 1.679.614/PE, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 18/9/2017; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005.

Ademais, no que diz respeito à violação do art. 395 do CC, o

Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

12. Pois bem. Verifica-se, dos documentos colacionados na execução de título extrajudicial nº 0001715-73.2018.8.16.0148 que, ao contrário do que pretende fazer crer os apelantes, a exequente de fato efetuou o protesto de todos os títulos objetos da presente execução (movs. 1.5 a 1.8), bem como há a discriminação dos valores dispendidos (mov. 1.4 – todos da execução de título extrajudicial).

13. Assim, se inegável a existência dos protestos, as custas extrajudiciais configuram parte dos prejuízos advindos da mora dos executados, nos termos do art. 395, do Código Civil (fls. 423).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nessa linha: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Em relação à segunda controvérsia, também incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ, uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse diapasão: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e astreintes, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas

Superior Tribunal de Justiça

nos autos”. (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/2/2019.)

Observem-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.551.437/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp 1.487.241/SC, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 14/8/2020; e AgInt no REsp 1.479.479/AM, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 29/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente